



Clipping de notícias



Recife, 08 de novembro de 2021.



06 Recife, segunda-feira, 08/11/2021

Economia

DIÁRIO de PERNAMBUCO

DP+Agro

Deputados e especialistas estiveram em Barra de Guabiraba, município afetado pelo inseto

GIOVANNI COSTA/ALEPE

Várias frentes contra a mosca-de-estábulo

A infestação da praga, com registros em pelo menos 11 municípios pernambucanos, preocupa produtores do Agreste e da Mata Sul

A praga do inseto conhecido como mosca-de-estábulo tem atingido de forma grave a agropecuária da cidade de Barra de Guabiraba, município do Agreste Central de Pernambuco, e tem acendido um sinal de alerta para produtores da região por estar causando muitos prejuízos. Várias frentes estão sendo formadas para tentar conter a infestação e uma delas foi o 1º Enpecom (Encontro Pernambucano de Prevenção e Combate à Mosca-dos-estábulos, que aconteceu na cidade.

O evento foi promovido pela Una Ambiental, em parceria com outros órgãos, e contou com a presença de pesquisadores e extensionistas do Ins-

tituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). A realização se deu pela preocupação dos pecuaristas e produtores com a intensidade das moscas, por conta da perda de peso e qualidade de vida dos animais. Por isso, a pauta se mostra urgente.

"Temos que ter uma viabilidade o mais rápido possível no combate dessas moscas. Estamos sofrendo demais com essa praga", disse João Tavares, representante da Una Ambiental. Segundo Liane Maranhão, pesquisadora do IPA, serão realizadas ações de pesquisa e manejo integrado à mosca-de-estábulo pelo órgão. Para isso, serão feitas algumas coletas para que se consiga pesquisa a prolifera-

ção da praga.

O encontro contou com várias palestras. Os pesquisadores da Embrapa (Gado de Corte), do

"Não existem produtos suficientes para combater a praga, muito menos fitoterápicos e fotoquímicos"

Thadeu Barros,
Especialista

Mato Grosso do Sul, Paulo Cançado e Thadeu Barros, especialistas na prevenção da praga, co-

locaram-se à disposição para auxiliar na prevenção da mosca. Hoje não existem produtos para combater a praga. "Não existem produtos que sejam suficientes para combater a mosca-dos-estábulos, muito menos fitoterápicos e fotoquímicos", ressaltou Thadeu Barros.

FISCALIZAÇÃO

No encontro também foi debatido o procedimento pela Adagro para fiscalizar o transporte da cama de galinha, que é um adubo orgânico que está sendo questionado como provocador da mosca-de-estábulo em vários municípios da Mata Sul e do Agreste de Pernambuco. A questão é que a utilização do produto traz pre-

juízos aos produtores rurais e à produção de bovinos.

Além disso, a utilização destes subprodutos na alimentação do rebanho pode levar o produtor a responder criminalmente, já que é infração às leis federais, além de colocar em risco a sanidade do rebanho nacional e a saúde pública.

A cama de frango não pode ser usada na alimentação do rebanho e é considerada como opção de fertilizante para as lavouras, pastagens e hortaliças. Portanto, a preocupação gira em torno do uso de forma irregular como adubo orgânico na plantação de inhame, como em municípios como Cortês, Barra de Guabiraba, Amaraji, Bonito.

Comissão vê os estragos da praga no Agreste pernambucano

Outra ação realizada para tentar conter a infestação da praga foi a visita da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) à cidade de Barra de Guabiraba. O objetivo foi constatar de perto a gravidade da infestação do inseto que, segundo especialistas, está de fato relacionada ao uso indevido do adubo conhecido

como "cama de frango".

A infestação da mosca-de-estábulo, segundo relatos, tem ocorrido em Bonito, Sairé, São Joaquim do Monte, Barra de Guabiraba, Gravata e Camocim de São Félix, municípios do Agreste Central. Também foram registrados casos em Cortês, Palmares, Amaraji, Joaquim Nabuco e Ribeirão, localizados na Mata Sul.

"Vamos procurar o governador Paulo Câmara e marcar outra audiência pública com a Adagro, o IPA e a Universidade Rural. Temos informações de que nos Estados Unidos já há produtos que conseguem diminuir essa infestação. Precisamos de uma solução. Já são três meses de agravamento maior da infestação", alertou o deputado Antônio Moraes (PP),

presidente da comissão da Alepe.

O parlamentar acredita que é possível que se tenha que fazer uma área de exclusão com a participação permanente de órgãos como o Cipoma (unidade de policiamento ostensivo da PM que visa preservar o meio ambiente), da Adagro (Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado) e da CPRH (Agência

Estadual de Meio Ambiente), para que as pessoas cumpram as normas sanitárias.

Além da comissão da Alepe, a visita a Barra de Guabiraba contou com a presença de representantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), da Adagro, do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e de produtores rurais locais.

EDENEVALDO ALVES

Alepe busca solução para praga que devasta pecuária do Agreste Central

por Edenevaldo Alves

Postado em 7 de novembro de 2021



A Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) visitou recentemente a cidade de Barra de Guabiraba, um dos municípios do Agreste Central que vem sendo atingido gravemente pela praga do inseto conhecido como “mosca de estábulo”, provocando grandes prejuízos à agropecuária da região.

A visita contou com as presenças de representantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado (Adagro), do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e de produtores rurais locais.

O objetivo foi constatar de perto a gravidade da infestação do inseto que, segundo especialistas, está de fato relacionada ao uso indevido do adubo conhecido como “cama de frango”, material usado para forrar pisos de granjas que mistura palha e esterco. As chuvas e o clima da região também contribuem para agravar o problema que tinge vários municípios do Agreste Central e pode estabelecer no território uma “área de exclusão”.

Relatos indicam infestação da “mosca de estábulo” nas cidades de Bonito, Sairé, São Joaquim do Monte, Barra de Guabiraba, Gravatá e Camocim de São Félix, todos no Agreste Central. Também foram registrados casos em Cortês, Palmares, Amaraji, Joaquim Nabuco e Ribeirão, localizados na Mata Sul.

“Vamos procurar o governador Paulo Câmara e marcar outra audiência pública com a Adagro, o IPA e a Universidade Rural. Temos informações de que nos Estados Unidos já há produtos que conseguem diminuir essa infestação. Precisamos de uma solução. Já são três meses de agravamento maior da infestação”, alertou o deputado Antônio Moraes.

Segundo o parlamentar, “é possível que tenhamos que fazer aqui uma área de exclusão com a participação permanente de órgãos como o CIPOMA (unidade de policiamento ostensivo da PM que visa preservar o meio ambiente), da Adagro e da CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente), para que as pessoas cumpram as normas sanitárias e possamos ter uma convivência pacífica na região”, disse Moraes.

O problema da praga da “mosca de estábulo” foi tema de uma audiência pública na Alepe, realizada em setembro deste ano, proposta pelo deputado Antônio Moraes. Na ocasião, uma das sugestões apontadas pelos especialistas participantes do debate foi a distribuição de uma cartilha para divulgar o emprego correto do esterco de aviários. Outra medida foi a atuação do setor de Educação Ambiental da CPRH nas localidades afetadas.

Para o deputado Antônio Moraes, medidas de orientação são insuficientes e a gravidade do problema exige também “repressão” amparada por mudanças na legislação. (diariodepe)



Alepe busca solução para praga que devasta pecuária do Agreste Central

Por Gabriel Filliph em 07/11/2021 às 19:12:09



A Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) visitou recentemente a cidade de Barra de Guabiraba, um dos municípios do Agreste Central que vem sendo atingido gravemente pela praga do inseto conhecido como "mosca de estábulo", provocando grandes prejuízos à agropecuária da região.

A visita contou com as presenças de representantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do

Estado (Adagro), do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e de produtores rurais locais.

O objetivo foi constatar de perto a gravidade da infestação do inseto que, segundo especialistas, está de fato relacionada ao uso indevido do adubo conhecido como "cama de frango", material usado para forrar pisos de granjas que mistura palha e esterco. As chuvas e o clima da região também contribuem para agravar o problema que tinge vários municípios do Agreste Central e pode estabelecer no território uma "área de exclusão".

Relatos indicam infestação da "mosca de estábulo" nas cidades de Bonito, Sairé, São Joaquim do Monte, Barra de Guabiraba, Gravatá e Camocim de São Félix, todos no Agreste Central. Também foram registrados casos em Cortês, Palmares, Amaraji, Joaquim Nabuco e Ribeirão, localizados na Mata Sul.

"Vamos procurar o governador Paulo Câmara e marcar outra audiência pública com a Adagro, o IPA e a Universidade Rural. Temos informações de que nos Estados Unidos já há produtos que conseguem diminuir essa infestação. Precisamos de uma solução. Já são três meses de agravamento maior da infestação", alertou o deputado Antônio Moraes.

Segundo o parlamentar, "é possível que tenhamos que fazer aqui uma área de exclusão com a participação permanente de órgãos como o CIPOMA (unidade de policiamento ostensivo da PM que visa preservar o meio ambiente), da Adagro e da CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente), para que as pessoas cumpram as normas sanitárias e possamos ter uma convivência pacífica na região", disse Moraes.

O problema da praga da "mosca de estábulo" foi tema de uma audiência pública na Alepe, realizada em setembro deste ano, proposta pelo deputado Antônio Moraes. Na ocasião, uma das sugestões apontadas pelos especialistas participantes do debate foi a distribuição de uma cartilha para divulgar o emprego correto do esterco de aviários. Outra medida foi a atuação do setor de Educação Ambiental da CPRH nas localidades afetadas.

Para o deputado Antônio Moraes, medidas de orientação são insuficientes e a gravidade do problema exige também "repressão" amparada por mudanças na legislação.